

## Paz, desafio do presente e do futuro

David Siqueiros, "A Marcha da Humanidade"



**U**ma saudação muito especial a todos os nossos aderentes e leitores neste novo ano de 2013, tão cheio de preocupações e onde não é difícil prever muitas pequenas e grandes lutas na defesa da justiça e do progresso social, contributo essencial para a paz.

Um ano volvido sobre a nossa tomada de posse na direcção do CPPC, queremos reafirmar que procuramos dar o nosso contributo possível para o reforço do movimento da Paz em Portugal e no Mundo, na luta contra a agressividade imperialista e a guerra, e na promoção da cooperação e solidariedade com os povos de todo o mundo.

Procurámos que o CPPC estivesse onde devia estar. A par da participação em diversas iniciativas e acções comuns com outras organizações amigas, organizámos

debates, colóquios e acções de rua, e realizámos a nossa XXIII Assembleia da Paz e a Conferência sobre «O reforço do movimento da paz em tempo de crise», a 20 de Outubro passado, na Casa do Alentejo em Lisboa. Nos tempos difíceis que se vivem, de agravamento de condições e injustiças sociais em Portugal e na Europa, de graves conflitos em diversas zonas do mundo, incluindo ameaças sérias à paz no Médio Oriente, reafirmamos o nosso empenhamento no diálogo e a vontade de unir for-

ças, procurando a participação de todos os homens e mulheres de boa vontade na defesa e promoção da Paz.

Esperamos, pois, que em 2013 possamos aprofundar as relações de cooperação e o trabalho conjunto, na convicção profunda de que continua a ser fundamental reforçar a actividade na defesa e promoção da paz, tão ameaçada no plano nacional, europeu e mundial.

Agradecemos a colaboração de todos, a qual permitiu realizar as actividades desenvolvidas ao longo do primeiro ano do mandato desta Direcção Nacional, incluindo o reforço da intervenção de alguns núcleos, sobretudo Porto, Coimbra e Beja e a realização da XXIII Assembleia da Paz e da Conferência. Mas como aí se sublinhou, muito mais há para fazer.

Novos desafios se colocam no reforço do movimento da paz em Portugal, na luta contra a agressividade do imperialismo e a guerra, na solidariedade e cooperação com os povos de todo o mundo. Para isso, impõe-se o reforço orgânico do CPPC, com mais numerosos e mais participativos aderentes, mais núcleos e mais actividade, melhores ligações a outras organizações, designadamente do movimento associativo, juvenil e popular, autarquias e sindicatos.

Igual importância assume o nosso contributo para o reforço do Conselho Mundial da Paz e do movimento da paz internacional onde o CPPC participa, seja ao nível do Secretariado, seja como Coordenador para a Europa, responsabilidades que foram reafirmadas na última Assembleia do Conselho Mundial da Paz, realizada no passado mês de Julho, em Kathmandu, Nepal.

Assim o nosso apelo a todas e todos para um empenhamento cada vez maior na luta pela paz. Pela Paz, todos não somos demais!



## XXIII Assembleia da Paz e Conferência

# O reforço do movimento da Paz em tempo de crise

O CPPC realizou, no dia 20 de Outubro, nas instalações da Casa do Alentejo, em Lisboa, a sua XXIII Assembleia da Paz. Em debate esteve «O reforço do movimento da Paz em tempo de crise», que lhe serviu de lema. Da parte da tarde, teve lugar uma conferência.

Tratou-se sobretudo de um encontro de trabalho, em que as dezenas de aderentes do CPPC presentes abordaram questões relacionadas com o reforço da organização e da actividade e perspectivaram medidas para a disseminação nacional do Conselho da Paz e das suas iniciativas. Um notório avanço relativamente à anterior assembleia, realizada 11 meses antes, foi precisamente a participação de membros dos núcleos do Porto, de Coimbra e de Beja, que deram conta da sua actividade local. Constatou-se ainda a existência de aderentes do CPPC activos em vários outros concelhos e regiões, que em breve poderão vir a constituir núcleos.

Para além da criação de mais núcleos onde tal for possível, a assembleia salientou a necessidade de continuar a unir esforços e vontades em torno de objectivos comuns ou convergentes para promover uma cultura da paz, lutar contra a guerra, a exploração e a opressão e defender o direito dos povos a escolher o seu destino, a

assumirem plenamente a sua soberania e independência.

Num contexto nacional e internacional difícil, os aderentes do CPPC comprometeram-se a procurar formas de alargar e reforçar o movimento da Paz, tendo sempre presentes os princípios fundadores do CPPC e o Plano de Acção aprovado na XXIII Assembleia da Paz, que inscreve a defesa da Constituição da República e dos seus valores e o respeito pelo espírito e letra da Carta das Nações Unidas.

### Um ano intenso

A assembleia não teve carácter electivo, mas serviu para a direcção eleita em 2011 prestar contas da actividade realizada desde então. Na intervenção de abertura dos trabalhos, a presidente da Direcção Nacional, Ilda Figueiredo, destacou os esforços feitos no sentido de cumprir o Plano de Acção aprovado, que tinha como eixos centrais o reforço do movimento da Paz em Portugal, a luta contra a guerra e o militarismo e a intensificação da solidariedade e cooperação com todos os povos do mundo.

Neste sentido, realçou Ilda Figueiredo, deu-se prioridade à realização de um «im-

portante e significativo número de contactos, reuniões e conversas com organizações sindicais, autarquias, organizações empenhadas na defesa da paz e da solidariedade e cooperação, de diversas áreas, visando dar passos no sentido do reforço da intervenção do movimento da paz em Portugal». Dessa acção resultou o alagamento do número de aderentes individuais e colectivos do CPPC e o estabelecimento de «bases de entendimento com outras organizações».

O papel do CPPC no seio do Conselho Mundial da Paz foi igualmente valorizado por Ilda Figueiredo, que lembrou a reeleição do CPPC para o Secretariado e Executivo daquela estrutura internacional na Assembleia realizada em Julho no Nepal. A presidente da Direcção Nacional lembrou, porém, que «só podemos dar um maior contributo ao movimento internacional da paz se conseguirmos reforçar o CPPC».

Outros dirigentes destacaram a campanha contra a guerra no Médio Oriente; o ciclo «A Constituição de Abril e a Paz» e as múltiplas múltiplas iniciativas de solidariedade com os povos do Saara Ocidental ou da América Latina. Salientados foram ainda a edição de três números do «Notícias da Paz» e a importância que este boletim assume na divulgação das posições e análises do CPPC.



# Palavras carregadas de futuro

**Ao longo do dia de trabalhos, na assembleia da Paz como na conferência, foram várias as intervenções sobre os mais variados temas relacionados com a defesa da Paz e da soberania dos povos, por um mundo livre de armas de destruição massiva, ocupações e blocos político-militares. Publicamos aqui excertos de algumas dessas intervenções.**

«O CPPC encarna os mais elevados valores da humanidade, tais como a solidariedade aos povos, a defesa da soberania e da autodeterminação das nações, e a incansável luta contra a opressão e as guerras. Decisiva tem sido vossa contribuição à causa da paz, e à consolidação do CMP, no sentido do fortalecimento da consciência de que só a luta do povo dará cobro a esta ordem insana e deletéria que ameaça à própria existência humana.»  
Saudação enviada por **Socorro Gomes**, *presidente do Conselho Mundial da Paz*

«O CPPC procurou estabelecer bases de entendimento com outras organizações do movimento da paz na prossecução de objectivos convergentes ou comuns e fortalecer laços de cooperação, fomentando a troca de informações e promovendo iniciativas a favor da solidariedade entre os povos e da paz.»

**Ilda Figueiredo**, *presidente do CPPC*

«A Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos está presente em quatro continentes através das suas organizações filiadas, que são em regra associações sindicais representativas de trabalhadores científicos. A sua influência alarga-se neste momento na Europa de Leste e nos países do Magrebe. O trabalho da Federação orientado para as questões da Paz e do desarmamento organiza-se actualmente no seio de uma comissão especializada (...) Os temas abordados mais recentemente no seio da Comissão, têm a ver com novos armamentos e formas de guerra — os robots militares; as armas ditas “não-letais” de tecnologia avançada que actuam sobre os sentidos ou sobre o sistema nervoso central, utilizáveis no controlo de populações civis, e a guerra cibernética.»

**Frederico de Carvalho**, *vice presidente da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos*

«Mas não há, então, esperança para a Humanidade? Há, certamente, e ela depende do alargamento da consciência cidadã dos trabalhadores e dos povos e da sua vontade de lutar porfiadamente em defesa da liberdade, da democracia e pela construção de uma sociedade livre, pacífica e democrática. Este caminho faz-se dizendo “presente!”, em pequenos mas significativos contributos para a construção de um futuro melhor. Como esta Assembleia!»

**Avelino Gonçalves**, *ministro do Trabalho do I Governo Provisório (15/5 a 13/7 de 1974)*

«Não passaram muitos anos sobre a afirmação do próprio ex-presidente da Reserva Federal americana, Sr. Alan Greenspan, com o cínico aviso de estarmos perante o início da maior recessão económica dos últimos 60 anos. Lamenta-se que não tenha feito o aviso quando da sua tribuna de controlo e influência assistiu (...) mudo e quedo, aos esforços perseverantes de George Bush para derreter os excedentes orçamentais herdados de Clinton e voltar a endividar o Estados Unidos até ao tutano, para melhor satisfazer a sua clientela de amigos com interesses no petróleo, na indústria de armamento ou na reconstrução civil do Iraque.»

**Manuel Duran Clemente**, *militar de Abril e membro da Presidência do CPPC*

«Nascida do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, a Constituição de República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril de 1976, reflecte e incorpora os princípios e objectivos constantes do Programa do Movimento das Forças Armadas, enriquecidos com os ensinamentos e os avanços do processo revolucionário impar que muitos dos que estamos aqui, hoje, tivemos o privilégio de viver. (...) É na defesa da Constituição que o povo português há-de reencontrar-se nos caminhos de Abril.»

**José Baptista Alves**, *vice-presidente do CPPC*

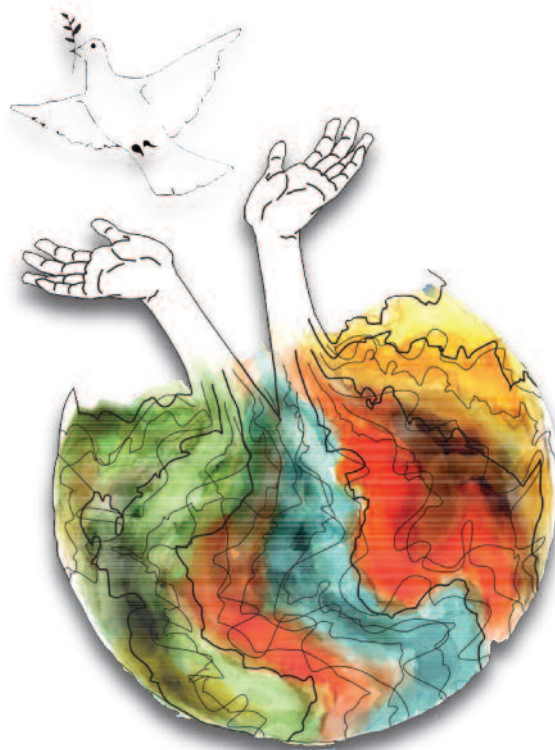
«A difícil e complexa situação que vivemos, a nível nacional e internacional, exige que sejamos, cada vez mais, uma voz actuante na denúncia dos actos bélicos ou parabólicos de ingerência, agressão e ocupação de países e povos, mas também na solidariedade para com as vítimas da repressão, da negação dos seus direitos nacionais, políticos, sociais, económicos ou culturais. E esta luta será muito mais eficaz se, para ela, se congregarem organizações que representam camadas e grupos

sociais que, reconhecendo os perigos que a situação comporta, estão disponíveis para acções convergentes em defesa dos valores que defendemos.»

**Carlos Carvalho**, *dirigente do CPPC*

«Este violento ataque aos direitos dos povos é indissociável do acelerado aumento da agressividade das grandes potências imperialistas, lideradas pelos EUA, envolvendo vários aliados europeus e a NATO, traduzida em conflitos, ingerências, bloqueios, ocupações e agressões militares, num quadro de uma persistente ofensiva contra as soberanias nacionais, rapina dos recursos naturais e domínio geoestratégico. São os casos da Palestina, Iraque, Líbano, Síria, Irão, Afeganistão, Líbia ou do Sara Ocidental e de vários países noutros continentes, como Cuba, vítima de um criminoso bloqueio.»

Intervenção da **CGTP-IN**



O drama e a alegria do povo da Palestina

# O difícil combate pela liberdade e a

Nos últimos tempos, o povo da Palestina provou sentimentos antagónicos. Por um lado, o terror e a angústia por mais um criminoso massacre infligido por Israel contra a população da Faixa de Gaza e pelo incremento da ocupação da Cisjordânia. Por outro, a alegria de ver o seu «Estado» reconhecido como membro observador não-permanente das Nações Unidas, por votação esmagadora da Assembleia-geral.

Em Portugal, como aliás em muitos outros países, o movimento da Paz acompanhou de perto o desenvolvimento da situação na Palestina, promovendo acções de solidariedade com a luta do seu povo. No dia 22 de Novembro, quase ao mesmo tempo em Lisboa e no Porto, centenas de pessoas concentraram-se para repudiar os recentes massacres cometidos contra a população da Faixa de Gaza que, em oito dias, provocaram mais de centena e meia de mortos e mais de um milhar de



O reconhecimento do Estado da Palestina foi efusivamente saudado

feridos, na sua maioria civis, muitos dos quais mulheres e crianças.

Nessas acções, promovidas pelo CPPC em parceria com outras organizações, exigiu-se o fim dos massacres e da ocupação e o respeito pelos inalienáveis direitos do povo palestino, numa inquebrantável demonstração de solidariedade. Ao mesmo tempo que se garantiu que não se confunde o agressor com o agredido, o colonizador com o colonizado, o opressor com o oprimido, nem tão pouco se confunde o re-



gime sionista com o povo israelita e as forças e milhares de activistas da paz existentes nesse país.

## Firme solidariedade



Encontro com delegação Palestina

Nos dias que se seguiram, revelaram os sindicalistas, intensificou-se o número de casas e terrenos agrícolas ocupados e a consequente expulsão de famílias e de agricultores, bem como a destruição de oliveiras – símbolo palestino e importante recurso agrícola local. As próprias autoridades israelitas anunciaram entretanto a construção de mais colonatos na Cisjordânia.

Da parte das organizações nacionais veio a garantia de que continuarão a trabalhar para que cresça no País a solidariedade ao povo palestino e o apoio à constituição do seu Estado independente, soberano e viável.

No dia seguinte, o CPPC esteve presente, por intermédio do seu vice-presidente José Batista-Alves, na Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Palestino, promovida pela CGTP-IN e pela central sindical palestina.

O CPPC acolheu na sua sede, no dia 13, um encontro entre uma delegação da União Geral dos Trabalhadores Palestinos e diversas organizações portuguesas que se destacam pela solidariedade com a luta do povo palestino: CPPC, MPPM, MDM e CGTP-IN. A delegação palestina, agradecendo a solidariedade com a luta do seu povo, denunciou o agravamento da ocupação israelita como represália pelo resultado da votação da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

## Nasceu um Estado?

O debate e votação, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, da elevação do estatuto da Palestina na organização mereceu também a máxima atenção do CPPC e de outras organizações nacionais. Por votação esmagadora (138 votos a favor, nove contra e 41 abstenções), a Assembleia-Geral da ONU aprovou a elevação do estatuto da Palestina a «Estado observador não-membro». A admissão de membros de pleno direito está sujeito ao crivo do Conselho de Segurança, logo, ao veto dos EUA.

Mas tal não deve impedir que esmoreça a exigência da criação de um Estado da Palestina, um Estado independente, soberano e viável, com capital em Jerusalém Leste. Foi precisamente este o teor da mensagem dirigida ao primeiro-ministro de Portugal no dia 23 de Novembro por cinco organizações nacionais (CPPC, CGTP-IN, MPPM, MDM, A25A), na qual se apelava ao Governo português para que apoiasse «em todos os fóruns internacionais e, em particular, no Conselho Segurança e na Assembleia Geral da ONU, o reconhecimento da Palestina como membro de pleno direito» das Nações Unidas.



# independência



Em Lisboa e no Porto repudiou-se o massacre contra Gaza

Passada a votação – com o voto favorável de Portugal – e no momento em que o presidente da Autoridade Nacional Palestina Mahmud Abbas visitava o País, o CPPC emitiu um comunicado em que reafirmava a sua «firme solidariedade com a luta do povo da Palestina contra a ocupação israelita e pela criação do seu Estado independente, soberano e viável». Nessa posição, o CPPC sublinhava que a elevação do seu estatuto internacional vinha dar mais força à «exigência de reconhecimento pleno do inalienável direito do povo da Palestina a ter o seu Estado».

Quanto ao voto favorável do Governo português, o CPPC regista-o, acrescentando porém que este «terá que ser confirmado nos próximos actos que venha a assumir relativamente ao problema da Palestina», nomeadamente condenando a ocupação e as agressões cometidas contra o povo palestino e exigindo a garantia dos seus plenos direitos.

## Duas mensagens

Em resposta a uma missiva enviada pelo CPPC, MPPM, CGTP-IN e MDM aquando da sua visita a Portugal, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, expressou a essas organizações os mais «amplos agradecimentos, em nome do Estado da Palestina e do seu povo e em meu nome pessoal, incluindo os sentimentos de apoio e solidariedade sincera, valorizando extremamente os vossos esforços e os esforços de todos os amigos portugueses na República Portuguesa pelo grande papel e esforços contínuos que fazem em favor do apoio aos direitos do povo palestino».

Para o dirigente palestino, «foram estas posturas que se manifestaram recentemente na votação portuguesa a favor do reconhecimento do Estado da Palestina nas Nações Unidas como membro observador» e foi precisamente graças a estas «atitudes determinadas e apoio sincero aos nossos esforços para alcançar a paz justa, à qual aspiramos» que se deveu a aprovação da resolução pela Assembleia-Geral da ONU. Mahmud Abbas garantiu ainda que o Estado da Palestina «será, para esta paz, um elemento positivo e activo no alcance da convivência entre todos os povos da nossa região, à sombra da segurança, estabilidade e da boa vizinhança». O presidente do Comité Executivo da OLP desejou sucesso às quatro organizações e fez votos para que a sua voz se faça ouvir cada vez mais, «expondo as práticas do poder ocupante e a da construção viciosa dos colonatos violentos que, no caso de persistirem, irão eliminar a solução dos dois estados e minarão todo o processo de paz».

## Energia inspiradora

Semanas antes, a Missão Diplomática da Palestina em Portugal tinha já endereçado ao CPPC uma carta na qual expressava «os seus mais profundos agradecimentos, em nome de S.E. Presidente Mahmoud Abbas, do povo palestino e desta Missão, pois sem os esforços e apoio do CPPC não teria sido possível conseguir o voto positivo do Governo de Portugal».

Na missiva salienta-se ainda que a «votação a favor do reconhecimento do Estado da Palestina e o voto afirmativo de Portugal indicam já um passo em frente que, contudo, pretende ainda alcançar outro objectivo final: o do reconhecimento da Palestina como um país livre». A Missão apela «à multiplicação de esforços, hoje e no futuro, para que possamos ver as esperanças dos objectivos nacionais do povo palestino tornarem-se realidade». A terminar, a Missão Diplomática da Palestina afirma que «o vosso compromisso contínuo com a causa palestina simboliza para nós uma energia inspiradora para podermos continuar empenhados na nossa esperança pela liberdade, autodeterminação e finalmente pela realização de um Estado palestino independente». Ao receber estas cartas, que são de todos os aderentes e activistas do CPPC que ao longo dos anos levaram por diante importantes acções de solidariedade com a luta do povo da Palestina, o CPPC recolhe também uma energia inspiradora para prosseguir em diante com o esclarecimento e a mobilização populares, essenciais à construção de um País e um mundo de Paz e cooperação entre os povos.



Mensagem de Mahmud Abbas

Dois anos depois, o mesmo clamor

# Paz Sim! NATO Não!

Manifestação “Paz Sim! Nato Não!”, Lisboa,  
Novembro de 2010

Várias organizações que integraram a Campanha Paz Sim! NATO Não!, que durante o ano de 2010 levaram a cabo uma intensa acção de denúncia pela realização em Portugal da cimeira da NATO – que culminou com a grande manifestação de 20 de Novembro em Lisboa, que reuniu mais de 30 mil pessoas –, emitiram um comunicado no qual reafirmam as exigências então feitas: «Oposição à NATO e aos seus objectivos belicistas; retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO; encerrar as bases militares estrangeiras e as instalações da NATO em território nacional; dissolução da NATO; desarmamento e fim das armas nucleares e de destruição maciça; exigência do respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa e das determinações da Carta das Nações Unidas, pelo direito internacional e pela soberania e igualdade dos povos.»

Nesse comunicado, tornado público no dia 20 de Novembro, lembrava-se a aprovação na cimeira de Lisboa de um «novo» conceito estratégico que tornou a NATO numa organização «ainda mais agressiva e “auto-mandatada” para intervir em todo o mundo sob qualquer pretexto, em defesa dos interesses das suas grandes potências, nomeadamente dos EUA». A Líbia foi a «primeira vítima deste “novo” conceito estratégico», tendo a agressão da NATO sido responsável por «brutais e de-



sastrosas consequências para o povo líbio».

Foi ainda em Lisboa que, lembram as organizações, a NATO adoptou como seu o plano norte-americano de implementar o escudo anti-míssil, «com o qual os EUA persistem em adquirir a possibilidade de desencadear um primeiro ataque surpresa, que permitiria anular a capacidade dissuasora de outras potências alvo – o que agrava o risco de guerra nuclear».

Subscreveram o comunicado as seguintes organizações: Associação de Amizade Portugal-Cuba; Associação «Intervenção Democrática»; Associação dos

Agricultores do Distrito de Lisboa; Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Iúri Gagárine; Associação Projecto Ruído; Casa do Alentejo; Colectivo Mumia Abu-Jamal; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Conselho Português para a Paz e Cooperação; Ecolojovem «Os Verdes»; Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal; Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas; Federação Nacional de Professores; Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais; Iniciativa Jovem; Interjovem/CGTP-IN; Juventude Comunista Portuguesa; Movimento Democrático de Mulheres; Os Pioneiros de Portugal; Partido Humanista; Sindicato de Hotelaria do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas; Sindicato Nacional da Administração Local e Regional/STAL; Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins/Coimbra; Sindicato dos Professores da Zona Centro; União de Resistentes Antifascistas Portugueses; União dos Sindicatos de Lisboa/CGTP-IN; União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN; Voz do Operário.

## CPPC recebeu CPAPD

O CPPC recebeu, no dia 26 de Outubro, uma delegação da Associação do Povo Chinês para a Paz e o Desarmamento (CPAPD), presidida pelo seu vice-presidente Liu Jingqin.

Durante o encontro, a delegação da CPAPD expressou que é desejo do povo chinês aliar o desenvolvimento económico e científico sustentáveis à melhoria das suas condições de vida. Constitui ainda um seu objectivo a

continuação do desenvolvimento de relações com outros povos baseadas na cooperação e no respeito mútuo, com base na Carta das Nações Unidas e na Lei Internacional. Na reunião ficou ainda assumida a vontade de continuar a aprofundar a colaboração entre as duas organizações, e foi formalizado o convite para o CPPC se representar nas comemorações do 75º aniversário do “Massacre de Nanquim” (ver página 8). Recorde-se que o CPPC já participara numa conferência a convite do CPAPD, em Pequim, nos finais de 2011.



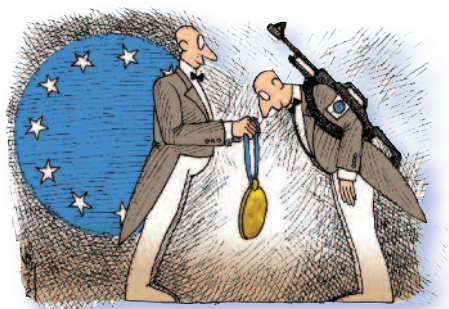


Abaixo-assinado do CPPC

# Mais de mil contra Nobel à UE

**S**e restava ainda um pinga de credibilidade a essa distinção que dá pelo nome de Prémio Nobel da Paz (que ao longo dos anos tem consagrado mentores da militarização e fautores das maiores agressões guerreiras da história recente) ela desapareceu este ano com a atribuição do prémio à União Europeia. Com o objectivo de denunciar a incúria e a manobra de propaganda que constituía esta distinção, o CPPC lançou um abaixo-assinado de repúdio por este prémio, que foi subscrito por mais de mil pessoas.

No texto que lhe serviu de base, lembra-se que a União Europeia é, no conjunto dos seus estados-membros, «um dos maiores fornecedores de armas do mundo», tendo-se envolvido nas últimas duas décadas em mais de uma dezena de conflitos militares, em vários continentes – ex-Jugoslávia, Iraque, Afeganistão, Líbia e, agora, na preparação de uma nova agressão, desta feita à Síria. Além disso, trata-se de uma estrutura que se tem vindo progressivamente a militarizar e a intensificar o seu papel de « pilar eu-



ropeu da NATO», apoiando sempre a política agressiva deste bloco político-militar.

O CPPC acrescenta ainda que a União Europeia tem «protagonizado posições e acções que, contrariando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, promovem uma incessante militarização das relações internacionais, sendo complacente com a violação de direitos humanos, como se verificou, por exemplo, com os denominados «voos da CIA» – os seus criminosos sequestros e práticas de tortura». Também os propósitos enunciados pela UE e a sua acção merecem críticas, por se distanciarem de «valores e princípios das relações internacionais,

como: o respeito da soberania; o não recurso à ameaça ou uso da força; o respeito pela integridade territorial dos Estados; a resolução pacífica dos conflitos; a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; o direito à autodeterminação dos povos; e a cooperação entre os Estados».

As políticas da UE e os autênticos planos de ingerência política e agressão social impostos à Grécia, a Portugal e à Irlanda, a que pretendem juntar a Espanha e a Itália, também são motivos que por si só inviabilizariam a atribuição do galardão, uma vez que intensificam as desigualdades, o desemprego e a pobreza e põem em causa a soberania e independência desses países, constituindo assim uma ameaça à Paz.

Um texto muito semelhante foi posto a circular entre várias organizações europeias, tendo sido subscrito pelo CPPC; pelo INTAL, da Bélgica; Noruega pela Paz; Aliança pela Paz e a Neutralidade, da Irlanda; Associação de Paz da Turquia; Comité da Paz da Geórgia.

## Assassinatos com drones em segredo

A notícia é da agência Reuters e devia provocar a indignação generalizada do povo dos Estados Unidos da América. Pelo menos.

### Solidariedade com a Venezuela

O CPPC enviou, no dia 12 de Dezembro, uma mensagem de solidariedade ao embaixador venezuelano em Lisboa, com respeito ao estado de saúde do presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez. Na missiva reconhecia-se o «importante papel desempenhado pela República Bolivariana da Venezuela e pelo seu Presidente em defesa da Paz, do progresso, do bem-estar e da solidariedade entre os povos».

Um acórdão judicial norte-americano declarou que o governo não tem obrigação legal de revelar as razões do assassinato de cidadãos norte-americanos através de ataques de drones (aviões militares telecomandados). A juíza sustentou ainda a recusa da administração Obama em permitir o acesso da União Americana das Liberdades Civis e do New York Times a materiais relativos ao uso destas armas para executar; no final de 2011, três cidadãos dos EUA que se encontravam no estrangeiro, acusados (sem qualquer processo ou julgamento)

de terem ligações com a Al-Qaeda.

A juíza sustenta, porém, que a sua decisão apenas se relaciona com o direito à reserva deste tipo de informações e não com o recurso a drones em si mesmo.

Respondendo à decisão judicial, um membro da União Americana das Liberdades Civis considerou que esta nega o acesso público a «informação crucial sobre os assassinatos extra-judiciais de cidadãos norte-americanos» e garante, de facto, «luz verde» para a prática de assassinios selectivos. «Como a juíza reconheceu, o programa de assassinios selectivos levanta questões profundas acerca dos limites do poder governamental numa democracia constitucional. O público tem o direito de saber mais sobre as circunstâncias que levam um governo a achar que pode matar pessoas legalmente, incluindo cidadãos dos EUA, que estão longe do campo de batalha e nunca foram acusados de um crime», acrescentou.

**Correcção:** na última edição do Notícias da Paz enumerámos as organizações que compunham os órgãos dirigentes do Conselho Mundial da Paz, eleitos na Assembleia de Katmandu, e, por lapso, não referimos o Movimento da Paz francês. Fica feita a correcção.

China, Argélia, França, Bélgica

# CPPPC em iniciativas pelo mundo

O CPPPC esteve presente, nestes meses, em várias iniciativas internacionais. Entre 10 e 16 de Dezembro, a presidente da direcção nacional, Ilda Figueiredo, esteve na China (a convite do Museu das Vítimas do Massacre de Nanquim), a participar nas iniciativas em torno dos 75 anos do massacre de Nanquim, em que as tropas ocupantes japonesas assassinaram mais de 300 mil cidadãos chineses, naquela que era então a capital da China.

Este massacre foi um crime de guerra cometido pelo exército imperial japonês, após a cidade ter sido ocupada, a 13 de Dezembro de 1937. O massacre prolongou-se durante semanas, até Fevereiro do ano seguinte. Depois de anos de intervenção na China e da ocupação de parte do seu território, o exército japonês inicia a agressão e a ocupação generalizada da China em Julho de 1937, atacando e ocupando Xangai e posteriormente Nanquim, que sofre constantes bombardeamentos e um prolongado cerco.

Ilda Figueiredo teve ainda a oportunidade de intervir num Seminário Internacional sobre a paz, na mesma cidade, na qual participaram outras organizações do Conselho Mundial da Paz e representantes da Associação do Povo Chinês para a Paz e o Desarmamento (CPADP).

Nos dias 15 e 16 de Dezembro, em Argel, teve lugar a III Conferência Internacional sobre O direito dos Povos à Resistência: o caso do povo saharauí. O CPPPC fez-se representar por Inês Seixas, da Direcção Nacional e estiveram igualmente presentes representantes portugueses da CGTP-IN, do Movimento Democrático de Mulheres, da Associação de Amizade Portugal-Sahara Ocidental e do PCP.

Na mensagem que dirigiu à conferência, a dirigente do CPPPC recordou o reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática por parte de «dezenas de países de todo o mundo» e a aprovação de diversas resoluções na ONU no sentido de garantir ao povo saharauí o seu «inalienável direito à autodeterminação». Apesar disto, lamentou, a ocupação prossegue.

Para o CPPPC, acrescentou Inês Seixas, é «fundamental fortalecer a luta contra a ingerência e a guerra, pela defesa da paz, pela solidariedade com todos os povos vítimas do colonialismo, da ocupação, da agressão, da ingerência, de bloqueios económicos e políticos que ferem o seu direito a decidirem livremente e soberanamente o seu presente e futuro». Em cumprimento da Constituição da República.

Helena Barbosa, da direcção do CPPPC, representou o Conselho Mundial da Paz em Paris, na Conferência Internacional de Organizações Não-Governamentais promovida pela UNESCO no dia 13 de Dezembro. Em 29 de Outubro, a presidente Ilda Figueiredo e Filipe Ferreira (membro da direcção nacional), participaram na conferência sobre a Crise Económica Global e a Crescente Militarização das Relações Internacionais, que decorreu em Bruxelas.



Evocação  
do massacre  
de Nanquim,  
China



Conferência  
em Bruxelas



Conferência  
Internacional  
da Unesco, Paris

Solidariedade  
com o povo  
Saarauí, Argélia



**Conselho Português para a Paz e Cooperação**

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: [conselhopez@c PPC.pt](mailto:conselhopez@c PPC.pt) [www.c PPC.pt](http://www.c PPC.pt)

Visita e adere à nossa página do Facebook